



FOLHETO DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



Mulher negra sem terra: experiências de luta das acampadas de um território na Amazônia Paraense

Eliene Brito Teixeira¹ 

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

O artigo aborda a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com destaque para o Acampamento Resistência Terra Cabana localizado em Benevides, Pará, Brasil. O estudo busca refletir as formas de organização das mulheres negras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e suas estratégias de luta e resistência no Acampamento Terra Cabana localizado em Benevides, Pará, Brasil, utilizando o prisma do território como lente de análise. A pesquisa destaca a interseccionalidade entre gênero, raça e classe social e enfatiza a importância de reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres negras para a luta pela reforma agrária e pela justiça social. Essa vivência reflete como as mulheres negras desempenham papéis cruciais dentro do MST, ocupando posições de liderança e influenciando diretamente o funcionamento do acampamento. Elas são agentes ativos na organização de mobilizações e na articulação de estratégias de resistência, na defesa de seus direitos e na promoção de mudanças sociais. Em suma, o estudo contribui para ampliar a compreensão sobre as dinâmicas de poder e resistência no contexto rural brasileiro, enfatizando o protagonismo das mulheres negras no MST e sua contribuição para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. As experiências e perspectivas dessas mulheres evidenciam um processo contínuo de luta pelos direitos e de construção de identidade, que inspira e fortalece não apenas o movimento de mulheres, mas também o movimento social como um todo.

Palavras-chaves: mulheres negras; reforma agrária; Amazônia Paraense.

Black landless women: struggle experiences of campers in a territory in the Pará Amazon

ABSTRACT

The article addresses the struggle of the Landless Rural Workers' Movement (MST), with a focus on the Terra Cabana Resistance Camp located in Benevides, Pará, Brazil. The study seeks to reflect on the organization of black women within the Landless Rural Workers' Movement (MST) and their strategies of struggle and resistance, using the lens of territory as an analytical tool. The research highlights the intersectionality of gender, race, and social class, emphasizing the importance of recognizing and valuing the contributions of black women to the struggle for agrarian reform and social justice. This experience reflects how black women play crucial roles within the MST, occupying leadership positions and directly influencing the functioning of the camp. They are active agents in organizing mobilizations and articulating resistance strategies, defending their rights, and promoting social change. In summary, the study contributes to broadening the understanding of power and resistance dynamics in the Brazilian rural context, emphasizing the protagonism of black women in the MST and their contribution to building a more just and equal society. The experiences and perspectives of these women

demonstrate a continuous process of fighting for rights and identity construction, which inspires and strengthens not only the women's movement but also the social movement as a whole.

Keywords: black women; agrarian reform; Pará Amazon.

Mujer negra sin tierra: experiencias de lucha en campamentos en un territorio de la Amazonía de Pará

RESUMEN

El artículo aborda la lucha del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), con énfasis en el Campamento de Resistencia Terra Cabana ubicado en Benevides, Pará, Brasil. El estudio busca reflexionar sobre las formas de organización de las mujeres negras dentro del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) y sus estrategias de lucha y resistencia, utilizando el prisma del territorio como lente de análisis. La investigación destaca la interseccionalidad entre género, raza y clase social, enfatizando la importancia de reconocer y valorar las contribuciones de las mujeres negras a la lucha por la reforma agraria y la justicia social. Esta experiencia refleja cómo las mujeres negras desempeñan roles cruciales dentro del MST, ocupando posiciones de liderazgo e influyendo directamente en el funcionamiento del campamento. Son agentes activos en la organización de movilizaciones y en la articulación de estrategias de resistencia, defendiendo sus derechos y promoviendo cambios sociales. En resumen, el estudio contribuye a ampliar la comprensión de las dinámicas de poder y resistencia en el contexto rural brasileño, enfatizando el protagonismo de las mujeres negras en el MST y su contribución a la construcción de una sociedad más justa y equitativa. Las experiencias y perspectivas de estas mujeres evidencian un proceso continuo de lucha por los derechos y de construcción de identidad, que inspira y fortalece no solo el movimiento de mujeres, sino también el movimiento social en su conjunto.

Palabras clave: mujeres negras; reforma agraria; Amazonía Pará.

INTRODUÇÃO

Os primeiros processos das invasões europeias instaurados na América Latina e Caribe, em especial no Brasil e em destaque a Amazônia, provocaram e provocam fissuras nas relações sociais já existentes, ou seja, à medida em que o modo de produção capitalista se expande em busca de novos mercados, as mercadorias e mão de obra barata em escala global remodelam-se, bem como o sentido do trabalho. Na primeira vista estão os indígenas, visíveis na potencialização das lutas e resistências ancestrais pela terra e território, e posteriormente dos povos africanos que foram escravizados.

Ao prenúncio do conceito de território, apresenta-se nessa pesquisa, conforme Santos (2001), em uma visão abrangente, identifica-se a relação entre a localidade e identidade das sujeitas e sujeitos da ocupação, assim:

O território não é apenas um conjunto de sistemas naturais e um sistema de coisas superposta. O território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamental do trabalho, o lugar de resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2001, p. 293).

Examina-se hoje a possibilidade de reconhecer que territórios são compostos por sujeitos e sujeitas que se identificam e se relacionam com a luta pelo espaço e por direitos. E, ao delimitar-se no caráter histórico da questão agrária brasileira e no apagamento das relações existentes antes da invasão portuguesa, devemos evidenciar outras formas de produzir a vida, a partir dos tipos de relação sociais e a conexão com a natureza.

O espaço agrário amazônico se revela como um cenário de profundas desigualdades e conflitos, onde a concentração de terras é uma marca indelével. Os latifúndios se erguem como testemunhas dessa realidade, muitos dos quais são frutos de práticas nefastas como a grilagem, a expropriação de comunidades indígenas, quilombolas e camponesas, bem como a apropriação ilícita de terras devolutas que deveriam pertencer ao Estado.

É crucial empreender esforços para compreender as condições de resistência do campesinato diante da complexidade histórica de nossa formação. Essa formação foi marcada pela invasão portuguesa, que acarretou massacres, sequestros, estupros e escravização, tanto dos povos indígenas quanto dos africanos, cada um com suas particularidades. Os desdobramentos dessas ações foram catastróficos, resultando em dor e sofrimento, assim como os conflitos no campo. Portanto, é necessário refletir e compreender ativamente esse passado tão presente entre nós.

Nesse contexto, a pesquisa assume um papel de extrema relevância ao refletir as formas de organização das mulheres negras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e suas estratégias de luta e resistência. Todavia, ela vai além, ao adotar o prisma do território como uma lente de análise. Aqui, o território é compreendido como o resultado da interação entre a sociedade e o espaço, uma interação mediada e delimitada por relações de poder em suas múltiplas dimensões.

Dessa maneira, o olhar se volta para além das estruturas organizacionais do movimento social, buscando compreender como as dinâmicas territoriais são moldadas e transformadas por essas relações de poder. A territorialidade do presente na concepção dessas mulheres do MST, portanto, não é apenas uma questão de ocupação física de determinadas áreas, mas também de resistência, de reivindicação de direitos e de luta por uma distribuição mais justa e equitativa dos recursos e da terra na região amazônica.

Assim, a investigação deste artigo emerge das experiências vivenciadas no Movimento de Mulheres do Acampamento Terra Cabana (MST), situado em Benevides-PA. Essas experiências estão sendo registradas em uma dissertação de mestrado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América

Latina e Caribe da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, e que analisa as dimensões pedagógicas da mística no processo de territorialização desse território.

Os passos da pesquisa, que também trago para esse estudo, são orientados por tais inquietações: qual é mesmo o lugar da mulher negra que está sempre na luta e resistência camponesa? Ou este seria um tema que não faria sentido na centralidade da luta camponesa?

Considerando esses pressupostos, o estudo possibilita uma análise sob a perspectiva da mulher negra, destacando suas formas de resistência simbólica no cotidiano da construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), especialmente durante as ocupações. Nessa abordagem, é fundamental reconhecer o papel crucial que as mulheres negras desempenham dentro do movimento, não apenas como agentes de resistência, mas também como articuladoras e líderes em seus núcleos de base.

No contexto das ocupações, as mulheres negras enfrentam desafios específicos que estão intrinsecamente ligados à interseccionalidade presentes no seu corpo-território. Elas lidam não apenas com a opressão de gênero, mas também com o racismo estrutural e as desigualdades socioeconômicas que permeiam a sociedade brasileira. Suas resistências simbólicas se manifestam de diversas maneiras na participação ativa das tomadas de decisão e na organização das ocupações.

O papel das mulheres negras no MST é fundamental e devemos valorizar suas contribuições para a luta pela reforma agrária e pela justiça social. Suas experiências e perspectivas propiciam compreensões das dinâmicas de poder e das formas de resistência no contexto rural amazônico. Portanto, o estudo não apenas amplia nossa compreensão sobre a realidade dessas mulheres, mas também destaca a importância de considerar suas vozes e suas experiências na formulação de políticas e estratégias de luta.

1. Terra Cabana: a resistência das acampadas na luta pela reforma agrária

O Acampamento Resistência Terra Cabana, do Movimento Sem Terra (MST), é um território localizado no município de Benevides, no Pará (PA), em uma área de grande mobilidade e integração com a região metropolitana de Belém. A ocupação, situada nas Fazendas São Tome I e II, teve início por volta de 2015, após um trabalho de base nos municípios vizinhos de Belém, Ananindeua e Marituba, envolvendo trabalhadoras e trabalhadores que buscavam terra para viver, plantar e construir suas vidas em cooperação com o MST.

A trajetória do acampamento é marcada por desafios e resistência, refletidos nos números de conflitos no campo. Caldart et al. (2012) aponta que o acampamento, enquanto espaço de luta e resistência, é uma expressão concreta da ação coletiva que visa reivindicar o direito à terra para fins de produção e moradia. Além disso, destaca que os acampamentos são uma manifestação contínua, com o propósito de pressionar os governos para a realização da reforma agrária. Esses espaços surgem a partir de ocupações de terra, resultado do trabalho de base das famílias organizadas em movimentos socioterritoriais, que se manifestam publicamente através da ocupação de latifúndios.

Em meio aos conflitos, que mostraram uma tendência de crescimento a partir de 2016, destacam-se os primeiros anos do governo Bolsonaro, que foram os mais violentos registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). No entanto, em 2022, ocorreu uma vitória democrática com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), trazendo uma nova esperança e apoio à Reforma Agrária Popular.

Segundo Alentejano (2020), o governo Bolsonaro, desde o seu início, caracterizou-se por uma postura autoritária e violenta, especialmente no que diz respeito às questões agrárias. Durante seu primeiro ano de mandato, as políticas para o campo seguiram estritamente as promessas de campanha, favorecendo o agronegócio, estimulando a grilagem de terras e promovendo a violência contra os movimentos sociais do campo, com destaque para o MST, os povos indígenas e quilombolas.

Na contramão, o programa de reforma agrária popular do Movimento Sem Terra (MST) representa uma abordagem abrangente para a transformação estrutural da sociedade e da produção agrícola. Ele visa não apenas a redistribuição da terra, mas também mudanças fundamentais na relação entre humanidade e natureza, na organização da produção e nas interações sociais. Para Morissawa (2001, p. 168) o MST,

busca permanentemente a justiça social, a igualdade de direitos em todos os aspectos: econômico, político, social, cultural e espiritual; difundir a prática de valores humanistas e socialistas nas relações entre as pessoas, eliminando as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero.

Central para esse programa está o conceito de agroecologia, que serve como alicerce para uma produção alimentar sustentável e socialmente justa. A agroecologia prioriza a utilização responsável dos recursos naturais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades.

Em contraste com o modelo do agronegócio, a agroecologia surge no Brasil durante os anos 1980 como um movimento que defende uma abordagem agrícola alternativa

(FONTOURA; NAVES, 2016, p. 230). Isso significa produzir alimentos de maneira ambientalmente amigável, evitando práticas que causem degradação do solo, poluição da água ou destruição de habitats naturais.

Além disso, o MST enfatiza a importância do mercado interno, buscando fortalecer a economia local e reduzir a dependência de importações de alimentos. Isso não apenas promove a segurança alimentar, mas também estimula o desenvolvimento econômico em áreas rurais, criando empregos e oportunidades para os pequenos agricultores.

No entanto, essa perspectiva vai além da produção agrícola em si. Ele reconhece que a transformação social não pode ocorrer apenas no campo, mas deve abranger toda a sociedade. Nesse sentido, o MST enfatiza a educação popular como uma ferramenta poderosa para conscientizar e capacitar as comunidades rurais, promovendo uma compreensão mais ampla das questões sociais, políticas e econômicas que afetam suas vidas.

Assim, o programa de reforma agrária popular do MST não é apenas sobre a distribuição de terras, mas sim sobre a construção de uma sociedade mais justa e sustentável para todos os brasileiros. Ele representa uma visão holística da agricultura e do desenvolvimento rural, baseada na solidariedade, na equidade e no respeito pelo meio ambiente.

O Acampamento Resistência Terra Cabana, fundado em 26 de junho de 2015, abriga atualmente cerca de 68 famílias, totalizando aproximadamente 180 pessoas. Organizadas em núcleos familiares, as demandas das famílias abrangem questões como saúde, produção, segurança, educação e gênero, que são discutidas e planejadas em encontros e reuniões internas.

A minha aproximação com o Acampamento ocorreu no final de 2018, inicialmente como observadora e posteriormente envolvendo-se nas atividades e dinâmicas da comunidade. Em 2019, deu-se início à inserção como acampada, participando da construção do Movimento de Mulheres do Acampamento Terra Cabana.

A luta do Movimento Sem Terra se articula por meio de estruturas organizacionais de base, que incluem assembleias, comissões e grupos de trabalho, onde são discutidas e tomadas decisões coletivas sobre as ações e reivindicações do movimento. Essas estruturas promovem a participação democrática dos membros, garantindo que as decisões sejam tomadas de forma inclusiva e representativa.

Além disso, os acordos coletivos desempenham um papel fundamental na organização do movimento. Esses acordos são estabelecidos entre os acampados e o MST, e muitas vezes

envolvem compromissos mútuos sobre questões como divisão de tarefas, uso da terra, distribuição de recursos e defesa coletiva dos direitos dos trabalhadores rurais.

Nesse contexto, o acampamento emerge como uma forma concreta de ocupação de terra e resistência. É onde as famílias sem terra se reúnem para viver, trabalhar e lutar pelo direito à terra e à moradia digna. A vivência no acampamento é uma verdadeira escola a céu aberto, onde o campo se faz gente e gente se faz campo. Nesse território coletivo, a luta se reinventa e se ressignifica, contrapondo-se à estrutura perversa do sistema capitalista. As mulheres desempenham um papel fundamental nesse processo, como demonstrado no I Encontro de Mulheres Sem Terra, onde reafirmaram sua determinação e compromisso com a luta pela terra e pela justiça social.

O Acampamento Resistência Terra Cabana é mais do que um espaço físico, é um símbolo de resistência e esperança, onde as lutas diárias se transformam em oportunidades de construir um futuro mais justo e igualitário para todas e todos que nele habitam.

2. Mulheres em Movimento: a trajetória de resistência no Acampamento Terra Cabana

A trajetória das mulheres no processo de ocupação no acampamento Terra Cabana é uma narrativa complexa e multifacetada, composta por histórias subjetivas marginalizadas e ignoradas pelo Estado. Nesses relatos, venho percebendo que cada mulher compartilha sua própria jornada de envolvimento no acampamento, seu tempo dedicado à luta pela terra e sua contribuição para a comunidade.

Muitas delas sendo mães solteiras, ressalta a relação intrínseca entre o gênero feminino e o espaço doméstico. Essa conexão vai além da simples necessidade de um abrigo, sendo a casa um símbolo de segurança e autonomia para muitas delas. Para algumas mulheres, o lar representa um refúgio vital das relações abusivas e opressivas em seus relacionamentos anteriores. Segundo o IPEA (2003) as mulheres negras chefas de família são as mais afetadas por moradias precárias.

Ao refletirmos sobre as experiências compartilhadas por essas mulheres, é possível inferir que suas histórias, embora representem apenas uma amostra dentro do contexto do movimento, ecoam as lutas e desafios enfrentados por muitas outras mulheres em situações semelhantes. Essa realidade destaca a importância de se reconhecer e abordar as questões de moradia como parte integrante de uma luta mais ampla por igualdade de gênero e justiça social (HELENE, 2019).

Essas vivências também refletem que o acesso à moradia adequada é uma questão desafiadora em um país como o Brasil. A realidade do déficit habitacional, embora não quantificada aqui, persiste como um problema significativo. A dinâmica do mercado imobiliário, marcada pela especulação e pelos altos custos de terra e imóveis, torna a compra ou aluguel de uma casa uma tarefa difícil para muitas mulheres.

Além disso, a escassez de políticas públicas eficazes para fornecer moradia acessível agrava ainda mais essa situação. Em um contexto em que as famílias com renda modesta gastam uma proporção significativa de sua renda em habitação, a aquisição da casa própria torna-se um desafio ainda maior para as camadas mais vulneráveis da população como afirma os autores:

Como a maioria da população negra ocupa os espaços de pobreza, vulnerabilizados por políticas públicas de habitação e infraestruturas precárias, as mulheres negras, maioria na população também nestas áreas, acabam sofrendo ainda mais todas estas iniquidades. (FRANCO; FRANCISCO; TAVARES, 2017, p. 12).

Os conceitos discutidos pelos autores Brilho, Alves e Lobos (2012) sobre a violência social nos convidam a ampliar nossa compreensão sobre as formas de opressão presentes em nossa sociedade. A violência não se manifesta apenas de forma física, mas também se insere em dimensões psicológicas e sociais, afetando a integridade e a dignidade dos indivíduos. Essa reflexão nos instiga a repensar as estruturas sociais e econômicas que perpetuam a desigualdade e a exclusão.

Para Fernandes et al. (2007) o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem se conscientizado cada vez mais das desigualdades étnico-raciais presentes na sociedade brasileira. Em seus discursos e agenda política, o MST tem incluído discussões que visam problematizar a questão racial no Brasil, sem negligenciar a importância do conceito de classe para o movimento.

Eles destacam que nos primeiros anos do século XXI, o MST buscou realizar uma análise política da realidade étnico-racial, superando abordagens tradicionais que tendem a dicotomizar classe e raça. Observam que o movimento está avançando além dos antigos paradigmas classistas, buscando integrar três categorias analíticas - classe, raça e gênero - como elementos simultâneos na luta política e econômica no Brasil, e na disputa por projetos hegemônicos para o país (FERNANDES et al., 2007).

Nesse sentido, compreendo que essas histórias não se reduzem à categoria de gênero, mas são compreendidas como parte de uma categoria histórica mais ampla que abrange as

representações sociais e normativas que moldam e restringem as experiências e subjetividades individuais. Sueli Carneiro (2003, p. 119) também observa que “grupo de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso”.

E observo que para analisar essas trajetórias, é crucial reconhecer o impacto das estruturas sociais e institucionais que influenciam a vida das mulheres no acampamento e seu papel na luta pela reforma agrária, compreendendo “que o racismo é uma das desigualdades fundantes da sociedade brasileira, imerso no bojo das relações sociais, inclusive no próprio Movimento” (FERREIRA, 2013, p. 60).

Refletindo sobre a trajetória de vida das mulheres envolvidas no movimento, percebe-se que muitas delas não apenas participam ativamente das atividades, mas também ocupam posições de liderança relevantes. É notável que essas mulheres desempenham papéis essenciais na coordenação do acampamento e em cargos setoriais importantes.

Além disso, elas contribuem significativamente para a organização e execução de mutirões e outras iniciativas do movimento. Isso evidencia um engajamento ativo e uma liderança eficaz dentro da comunidade. Suas contribuições não se limitam apenas à luta pela reforma agrária, mas também influenciam diretamente a gestão e o funcionamento do acampamento, demonstrando seu papel vital como líderes e agentes de mudança.

O acampamento Terra Cabana, assim como é outros territórios nacionais, a luta pela reforma agrária luta incansável pela terra e pela justiça social. A notícia da ordem de despejo, trouxe à tona uma realidade ameaçadora que enfrentam aqueles que lutam pelo direito à terra e à moradia.

Em 2020, num contexto marcado pela pandemia da COVID-19, algumas famílias do acampamento receberam ordens de despejo. Documento em questão tratava-se de uma imissão de posse emitida pela 1ª Vara Civil e Empresarial de Benevides, a pedido do Banco da Amazônia (BASA) e em nome da CCS Construtora e Incorporadora, contra a SOPALM Agroindústria Ltda.

Foi somente com a aprovação da PL 827/2020 que os despejos foram proibidos, uma decisão que veio como um alívio, mas que infelizmente não se estendeu a todos os casos. A ADPF nº 828, que suspende a remoção ou reintegração durante o período pandêmico, foi uma conquista importante, porém temporária, como atestam os números da votação (263 votos a 181) que a mantiveram válida até o final de 2021.

Diante desses desafios, os movimentos sociais, como o MST, se veem obrigados a se adaptar e resistir em meio às mudanças políticas e jurídicas. Orientados por uma concepção de mundo que busca justiça social e igualdade, esse movimento mantém uma lógica e uma organização interna própria, onde as mulheres negras emergem como uma articulação nas mobilizações do acampamento. Assim, ao se aproximarem os prazos estipulados para os despejos, são novamente as mulheres negras que se veem na linha de frente da resistência, demonstrando que a luta por direitos fundamentais continua, independentemente das adversidades enfrentadas.

A conquista de não despejo, diante da iminente ordem judicial que pairava sobre as famílias do acampamento Terra Cabana, é um marco significativo na luta pelos direitos à terra e à moradia. No cerne dessa vitória, encontramos a participação imprescindível das mulheres negras, que se destacam como protagonistas dessa jornada de resistência.

Desde os primeiros momentos da ameaça de despejo, as mulheres negras do acampamento se organizaram e se posicionaram firmemente contra a injustiça iminente. Com coragem e determinação, elas lideraram mobilizações, articularam estratégias de resistência e inspiraram seus grupos de famílias a se unirem em defesa de seus direitos.

Figura 1 – Manifestação na PA 391 contra o despejo em plena pandemia dos acampados do Terra Cabana.



Fonte: Arquivo do acampamento MST, 2020.

A presença e a voz das mulheres foram fundamentais para sensibilizar não apenas as próprias famílias do acampamento, mas também a sociedade em geral e as instâncias políticas e judiciais responsáveis pela decisão.

Assim, a conquista de não despejo não é apenas uma vitória legal, mas também uma vitória política, impulsionada pela liderança e pela força das mulheres negras. Elas nos lembram de que a luta por direitos fundamentais é também uma luta por reconhecimento, dignidade e igualdade, e que seu papel é e continuará sendo central nesse processo de transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos complexos desafios que envolvem a luta pela reforma agrária e a resistência às ameaças de despejo enfrentadas pelo acampamento Terra Cabana, é imprescindível refletir sobre as profundas raízes históricas que moldam essa realidade. Desde os primeiros processos de invasões europeias na América Latina e no Caribe, especialmente no Brasil, os territórios foram palco de disputas e conflitos que deixaram marcas indeléveis nas relações sociais e no sentido do trabalho.

Ao longo desse percurso, as fissuras nas relações sociais pré-existentes foram acentuadas, principalmente pela expansão do modo de produção capitalista em busca de novos mercados e mão de obra barata. Os povos indígenas e africanos, que foram os primeiros a sofrer as consequências dessas invasões, resistiram e continuam a resistir bravamente pela defesa de suas terras e territórios.

Nesse contexto, é essencial compreender o território não apenas como um espaço físico, mas como um lugar de identidade, resistência e trocas materiais e espirituais, como aponta Santos (2001). As dinâmicas territoriais, especialmente na região amazônica, refletem as profundas desigualdades e conflitos resultantes da concentração de terras e das práticas nefastas como a grilagem e a expropriação.

A pesquisa em questão, que analisa as formas de organização das mulheres negras do MST e suas estratégias de luta, surge como um importante instrumento para compreender as complexas relações de poder presentes nesse contexto. A interseccionalidade entre gênero, raça e classe social se manifesta nas resistências simbólicas das mulheres negras, que enfrentam desafios específicos dentro do movimento.

Valorizar e reconhecer o papel fundamental das mulheres negras no MST não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma necessidade para ampliar nossa compreensão sobre as dinâmicas de poder e resistência no campo brasileiro. Suas experiências e perspectivas contribuem para a formulação de políticas e estratégias mais inclusivas e eficazes na luta pela reforma agrária e pela justiça social, já que:

A cor majoritária da classe trabalhadora brasileira é negra e as desigualdades sociais e territoriais no campo estão intrinsecamente ligadas às desigualdades raciais. Na nossa experiência de militância do MST, percebemos que a maioria das pessoas que compõe os assentamentos e acampamentos é afro-brasileira e consequentemente vítima do racismo, ora camuflado, ora revelado e combinado com o preconceito de classe (SOUZA, 2007, s/p).

As experiências das mulheres negras acampadas revelam um processo contínuo de luta pelos direitos e de construção de identidade em meio à batalha pela reforma agrária popular. Elas são protagonistas ativas desse projeto, enfrentando os desafios cotidianos com resiliência e determinação. Como bem destacou Gonzalez (2020), essa jornada é marcada por um constante processo dialético de construção, reconstrução e desconstrução da identidade.

Observa-se que as mulheres negras das camadas populares são verdadeiras germinadoras de um projeto de transformação social, que se estende não apenas a elas mesmas, mas também às suas comunidades. Essa práxis está enraizada na coletividade, na solidariedade e no respeito à terra, valores fundamentais que orientam suas ações.

Os espaços de luta protagonizados por essas mulheres carregam consigo valores e histórias de resistência ancestral, que são revivificados a cada passo dado em direção à superação de um sistema histórico de opressão. A mística, entendida como uma "ação cultural de conscientização", desempenha um papel crucial nesse contexto, reconstruindo memórias e fortalecendo a identidade Sem Terra, sempre referenciada ao território que defendem.

A luta pela terra transcende a mera questão de posse ou produção agrícola; é uma forma profunda de apreensão do mundo e de nosso lugar nele. Para as mulheres negras, seus corpos e mentes se fundem em um só território de resistência e transformação. As mudanças ocorridas preconizam o protagonismo da mulher negra, tanto nos saberes e conhecimentos produzidos dentro do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Terra quanto na busca por um projeto de transformação social mais amplo.

Ciente das chagas da exploração econômica, racial e de gênero que carregam consigo, essas mulheres trazem consigo a marca da libertação de todos e todas. É por meio

de sua força, sabedoria e determinação que avançamos na construção de um mundo mais justo e igualitário para todos, independentemente de raça, gênero ou classe social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 353-392, 2020.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

FONTOURA, Yuna; NAVES, Flávia. Movimento agroecológico no Brasil: a construção da resistência à luz da abordagem neogramsciana. **Organizações & Sociedade**, v. 23, p. 329-347, 2016.

FRANCO, Marielle; FRANCISCO, Mônica; TAVARES, Rosana. Nossos corpos, nossa cor, nossa cidade: Os impactos causados pelas intervenções decorrentes dos grandes projetos de urbanização no Rio de Janeiro. In: Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico. **Direito à Cidade: uma outra visão de gênero**. São Paulo: IBDU, 2017, p. 10-1

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro latino Americano: ensaios, intervenções e diálogos**. In. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IPEA. Brasil retrato das desigualdades gênero raça. **Ipea-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2003.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrôpole**, v. 21, p. 951-974, 2019.

FERREIRA, Fred Igor Santiago. A questão racial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: breve discussão, perspectivas e desafios. **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. “Revoluções nas Américas: presente, passado, futuro,** p. 58-74, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A ocupação como forma de acesso à terra. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, nº 8, 2001, Washington – DC. **Anais.** Washington: Unesp, 2001.

FERNANDES, Bernardo; FONSECA, Dagoberto; SILVA, Anderson; GIRALDI, Eduardo. “A terra e os desterrados: o negro em movimento – um estudo das ocupações, acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST”. In: SANTOS, Renato (Org). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O negro na geografia do Brasil.** Belo Horizonte: Autentica, 2007, p.137-161.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade:** entrevista com Milton Santos. 2. Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SOUZA, Raumi de. Terra, raça e classe: a classe trabalhadora é negra. **MST, São Paulo,** 2017.

Eliene Brito Teixeira

Graduada em Ciências Sociais, Bacharelado e Licenciatura plena pela Universidade Federal do Pará. Na graduação pesquisou sobre assentamento rural e conflito de terra na fazenda Santa Maria I e II, no município do Acará, nordeste paraense. Especialista em Práticas Pedagógicas em Educação do Campo, pela Universidade Federal do Pará Campus Cametá/ Tocantins e Mestranda em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe - Universidade Estadual Paulista "Júlio Paulista" (UNESP).

Email: eliene.brito@unesp.br